

A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: REPRESENTAÇÕES DAS TRABALHADORAS NOS JORNAIS DE GRANDE CIRCULAÇÃO BELO- HORIZONTINOS ENTRE 1930 E 1980

Amanda Diniz Ferreira¹

RESUMO: Este estudo visa analisar a divisão sexual do trabalho e as representações das mulheres em jornais da cidade de Belo Horizonte, abrangendo o período de 1930 a 1980. Especificamente, pretende-se examinar como as mídias locais, ao longo desse meio século, contribuíram para reforçar a divisão do trabalho baseada em gênero, perpetuando a ideia de que o espaço de atuação feminino se limitava predominantemente ao âmbito doméstico. Adicionalmente, o artigo busca investigar os estereótipos de gênero manifestados nessas publicações, analisando de que maneira as trabalhadoras eram retratadas ou, em muitos casos, simplesmente omitidas pela cobertura jornalística. Ao desvelar tais padrões, este trabalho contribuirá para uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais e culturais que moldaram as representações de gênero e o universo do trabalho feminino na capital mineira, refletindo sobre as implicações dessas representações para a condição feminina contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: divisão sexual do trabalho; estereótipos de gênero; trabalho feminino; representações femininas.

Introdução

Este estudo emerge de uma pesquisa mais ampla, apresentada em um programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, com o objetivo de obter o título de mestre. Os resultados dessa pesquisa, após refinamento, são aqui delimitados para uma nova abordagem reflexiva. Nosso foco recai sobre a divisão social do trabalho e os estereótipos amplamente utilizados na construção social das separações comportamentais e laborais entre os sexos.

Os meios de comunicação, especialmente a imprensa, desempenham um papel crucial nesse contexto. Analisando anúncios e propagandas veiculados pelo jornal Estado de Minas e Diário da Tarde entre as décadas de 1930 e 1980, busquei compreender se essas mídias impressas contribuíram significa-

tivamente para a construção e perpetuação desses estereótipos e padrões de divisão sexuais, que favoreceram a manutenção das mulheres na esfera do lar.

Para essa análise, utilizei dois principais jornais de grande circulação: Estado de Minas e Diário da Tarde. A pesquisa foi dividida em três períodos: 1930, 1960 e 1980. Examinei 24 exemplares de cada jornal por década, focando na atuação da mulher no mercado de trabalho, na perspectiva de gênero e na representação do trabalho feminino nas propagandas veiculadas pelas referidas mídias impressas.

Com o intuito de realizar tal análise, foram identificados marcos cronológicos significativos dentro das décadas em questão. Para viabilizar o processo e realizar a análise em tempo hábil, observei exemplares do Estado de Minas e do Diário da tarde em datas próximas às eleições dos anos escolhidos como marco.

A década de 1930 teve um marco notável, 1934, por ter sido o ano em que houve a promulgação da nova constituição do Brasil. O objetivo primordial consistiu em examinar o engajamento das mulheres nas eleições daquele ano, assim como avaliar o impacto da consolidação do direito ao voto feminino na legislação fundamental do país. Neste contexto, seria importante analisar a representação do trabalho feminino num período de grandes conquistas políticas para as mulheres brasileiras.

Decorridos vinte e seis anos desde a promulgação da constituição de 1934, temos o ano de 1960, em que o cenário nacional havia sido marcado não apenas pela persistência de uma ditadura vigente por quase uma década, instaurada por Getúlio em um Golpe de Estado no ano de 1937, mas também pela realização de três eleições democráticas (1945, 1950, 1955). Nesse contexto, o referido ano não apenas testemunhou mais um pleito democrático, mas também refletiu a consolidação e estabilização do direito de voto das mulheres, que tiveram a oportunidade de exercer plenamente seus direitos eleitorais nos anos anteriores.

A década de 1980, no Brasil, destaca-se por seu significado histórico, visto que testemunha importantes avanços no âmbito feminino em termos sociais, jurídicos e trabalhistas. Tais avanços incluem marcos como a popularização do anticoncepcional (comercializado a partir da década de 1960), a promulgação da Lei 4.121/1962, que instituiu o estatuto da mulher casada, o qual permitiu às mulheres exercerem diversas atividades sem autorização do cônjuge, e a aprovação da Lei do Divórcio (Lei 6.515/26 de dezembro de 1977).

No Brasil, o ano de 1989 destacou um momento crucial nessa trajetória, após a promulgação de uma nova Constituição Federal e o retorno às eleições diretas depois de um longo período de ditadura militar. A nova Constituição incluiu disposições que garantiam a igualdade de gênero, como o artigo 5º, que afirma que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações”.

A quantidade de jornais analisada ao todo, nas três partes da pesquisa, foi de 144 exemplares. A pesquisa foi inteiramente realizada na Hemeroteca (localizada na Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa).

A função de Rainha do Lar

A divisão sexual do trabalho seria peça fundamental para a perpetuação e manutenção do poder masculino. O modo de produção capitalista propiciou um sistema de opressão, quando fez da mulher elemento necessário para manter a sobrevivência do lar, e do trabalhador. Assim, nesse sistema econômico, a mulher trabalharia em prol do capitalismo, pois seria a base do trabalho doméstico, produzindo os meios para alimentação e sustento diário, necessário para o trabalho fora do lar, o qual seria exercido pelo homem.² Além disso, por meio da divisão sexual de tarefas, haveria uma diferenciação entre a “produção” e a “reprodução”, elementos vinculados a personagens distintos de atuação. Como Engels analisou em seus estudos, a “produção” seria elemento fundamental ao capitalismo, via disponibilização de bens consumíveis ao mercado. Já a “reprodução”, promoveria o aumento populacional e a perpetuação da raça humana.

Por mais que Engels não tenha tratado sobre as questões de gênero quando discutia sobre os tipos de produção, o pensamento do filósofo foi utilizado largamente por alguns grupos, na tentativa de explicar a divisão sexual de funções. Por ser a reprodução fundamental para a continuação da espécie, e função atribuída originalmente às mulheres, tornou-se comum a imposição da maternidade através do afastamento do elemento “feminino” de outras áreas de atuação, como o trabalho externo, ligado à “produção” e ao sustento.

De acordo com Brito e Oliveira, a divisão sexual do trabalho exemplificaria processos de assimetria já existentes:

A divisão sexual do trabalho não cria a subordinação e a desigualdade das mulheres no mercado de trabalho, mas recria uma subordinação que existe também nas outras esferas do social. Portanto a divisão sexual do trabalho está inserida na divisão sexual da sociedade com uma evidente articulação entre trabalho de produção e reprodução. E a explicação pelo biológico legitima esta articulação.³

Dessa forma, a divisão sexual do trabalho atuaria apenas como combustível para a manutenção da assimetria entre os gêneros, existindo também outras estruturas legitimadoras, como a religião, o discurso médico, o casamento

2 RUBIN, G. El Tráfico de Mujeres: notas sobre la “economía política” del sexo. *Nueva Antropología*, Mexico, v. VIII, n. 30, 1986. p. 4.

3 BRITO, J. e OLIVEIRA, O. Divisão sexual do trabalho e desigualdade nos espaços de trabalho. In: FILHO, F. S; JARDIM, S. (Org.). *A danação do trabalho*. Rio de Janeiro: Te Corá, 1997. p. 252.

e o parentesco.

Contextualizando o assunto aos períodos estudados, percebe-se que na década de 1930, e muito antes disso, o trabalho fora de casa já era algo comum para muitas mulheres, principalmente para as das camadas populares, as negras, as separadas, ou até mesmo mulheres casadas que necessitassem suprir as necessidades do lar com o dinheiro do trabalho. Essa realidade estava presente, por mais que a representação não aparecesse corriqueiramente nos jornais.

O recrutamento sem exigências quanto à qualificação favoreceu a incorporação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro no início do século XX. Esse processo se deu através do desenvolvimento da industrialização brasileira e a necessidade cada vez maior de mão de obra. O trabalho feminino “constituía um excelente mecanismo de rebaixamento de salários”⁴ e por esse fato, as indústrias viam como lucrativa a contratação de mulheres.

No entanto, por mais que fosse atividade corriqueira de boa parte das mulheres, o trabalho feminino remunerado não era bem-visto. Em um jornal da década de 1930, numa nota assinada por uma mulher identificada como LACOMBE, L. J, lê-se:

O trabalho remunerado da mulher casada dentro ou fora do lar acarreta um enfraquecimento na autoridade do chefe. Para nós também que temos a concepção christã do lar, consideramos esta situação como lamentável. O que deveria ser exceção e mesmo último recurso, vemos ver, hoje em dia, corrente.⁵

Como se observa, o trabalho feminino como meio de sustento era visto de forma depreciativa até mesmo por outras mulheres, pois encaravam que suas “verdadeiras atribuições” estariam no ambiente doméstico.

Até meados do século XX, grande parte das mulheres casadas que trabalhavam fora não tinha escolha, devido às condições em que viviam: o pequeno salário do marido não era suficiente para suprir as necessidades domésticas, e precisavam ajudar no sustento do lar.⁶ Como o próprio jornal da época afirmava: “O que deveria ser exceção e mesmo último recurso, vemos ver, hoje em dia, corrente”⁷. Nessa notícia, podemos notar uma sutil tentativa de imposição de padrões definidos como “socialmente corretos”. Ao afirmar que tal atividade deveria ser uma exceção, e não algo comum e corriqueiro para as mulheres, o jornal deixava claro que o trabalho fora de casa deveria ser evitado ou, pelo menos, praticado em último recurso por questão de sobrevivência, tratando,

4 SILVA, Z. L. **A domesticação dos trabalhadores nos anos 30**. São Paulo: Marco Zero, 1990. p. 23

5 LACOMBE, L. J. O trabalho da mulher. **O Diário**. Belo Horizonte p. 5, 2 ago. 1935.

6 DEL PRIORE, M. (org.); BASSANEZI, C. (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto; Ed. UNESP, 1997.

7 LACOMBE, L. J. O trabalho da mulher. **O Diário**. Belo Horizonte p. 5, 2 ago. 1935.

assim, a situação como indevida e desonrosa para essas mulheres. Como apontam Del Priore e Bassanezi, essas mulheres “Viviam o dilema imposto pela necessidade de escapar da miséria com seu trabalho e o risco de ser chamada de ‘mulher pública’”⁸. Na mesma direção, Pinsky⁹ afirma:

Com a crença do peso negativo do trabalho fora do lar sobre a feminilidade, como ficava a imagem da mulher que efetivamente participava do mercado de trabalho? Uma coisa era ser “trabalhadeira” – epíteto elogioso –, figura feminina desejável em todos os grupos sociais. Outra, bem diferente, era ser “trabalhadora” – considerado o oposto da “dona de casa ideal”, ainda que esta se envolvesse em atividades exaustivas e extremamente relevantes (mas subestimadas) para a manutenção dos lares e a construção das economias familiares.

Assim, a “trabalhadora” só precisava atuar quando não tinha uma figura masculina que provesse a casa, mantendo-se centrada em suas “funções habituais”. Vejamos uma notícia retirada do Jornal o Diário da Tarde no ano de 1934, intitulada “A mulher no lar e na política”. A reportagem busca discutir os novos rumos dos direitos femininos, trazendo discussões acerca do voto e da participação feminina nas eleições, como também acerca do papel feminino de esposa e mãe. A notícia que parece conter um enfoque político, na verdade inicia uma maior discussão sobre o trabalho e o verdadeiro “papel” das mulheres:

8 DEL PRIORE, M. (org.); BASSANEZI, C. (coord. de textos). Op. cit.

9 PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 243

Imagem 1. Destaque entrevista com Daisy Prates



Fonte: **Diário da Tarde**, 15 de outubro de 1934, p. 2.

A reportagem, que parece inofensiva, afirma que com o “intuito de conhecer a mentalidade da mulher moderna” iniciaria uma enquete com uma das figuras mais importantes de Minas Gerais, a senhora Daisy Prates. Na introdução, lê-se:

O século XX libertou as mulheres de uns tantos preconceitos. Aboliu a sua função de sêr decorativo que enfeitava os salões e que não tem nem mesmo o direito de pensar e querer. O animal de cabellos longos e idéias curtas de Schopenhauer, rompe as cadeias de ouro e faz hoje séria concorrência com os homens, tomando parte saliente em todos os ramos de atividade. A revolução trouxe-lhes o direito do voto, numa manifestação clara de fazê-las participar de todas as manifestações da vida nacional.¹⁰

O texto, escrito por um autor não identificado pelo jornal, revelava sua verdadeira opinião sobre o processo revolucionário em que se encontrava a sociedade da época, quando afirmava: “Qual a posição das moças belorizon-

¹⁰ **Diário da Tarde**, 15 de outubro de 1934, p. 2.

tinhas em face do feminismo? Preferirão as delícias do lar ou as atribuições e desilusões do trabalho e da política?” Em seguida, o entrevistador perguntou à senhorita Daisy se ela era a favor do voto e das sufragistas feministas que viviam em rixas partidárias. Daisy, então, respondeu ao jornal:

Estas são em pequeno número. As mulheres, hoje em dia, não são criaturas inúteis, e têm as suas horas divididas entre o lar e o trabalho. Uma mulher pode perfeitamente ser política, e ser uma devotada mãe de família. Não creio que sejam coisas incompatíveis. Eu, por mim, não gostaria de ser eleita, contentando-me em votar no melhor candidato.¹¹

Como se vê, Daisy mostrava-se a favor das mudanças, porém não tão aberta à luta pelos direitos femininos. Ela garantia que as feministas “criadoras de rixas partidárias” seriam poucas, e insistia em defender a devoção ao lar e à família. Retornando ao diálogo, o entrevistador, que se enunciava na primeira pessoa do plural, continuava a insistir no caso, afirmando:

Formou-se, há pouco tempo, na Inglaterra, um partido feminino com o programa de divulgar as delícias do lar, para que as mulheres modernas retornem às suas verdadeiras atribuições, indagamos a senhora Daisy Prates, se achava possível realizar o programa de tal partido.¹²

Percebe-se, aqui, que o entrevistador buscava confrontar a entrevistada, afirmando ironicamente que as verdadeiras atribuições femininas se limitavam às delícias do lar. Essas, e muitas outras notícias, buscavam contribuir para a perpetuação do modelo de divisão de trabalho, o qual implicaria em homens trabalhando fora, e mulheres encarregadas dos serviços domésticos. Observa-se, através da veiculação destes conteúdos, a reafirmação dos estereótipos de gênero como um mecanismo de controle sobre as mulheres.

Daisy se defendeu, afirmando:

Mas vocês acham que as mulheres fugiriam do lar? Se muitas trabalham em misteres masculinos é porque são obrigadas a isto pelas próprias contingências da vida. As mulheres gostam muito mais de artes e música e só mesmo a necessidade obriga a trabalhar.¹³

11 Idem. Ibidem.

12 Idem. Ibidem.

13 Idem. Ibidem.

No entanto, mesmo com a intenção de defender as mulheres e rebater os argumentos do interlocutor, a resposta de Daisy ia ao encontro dos pensamentos dele. Como ela mesmo deixou claro em seu argumento: o trabalho fora do lar seria um “mister masculino” nada prazeroso, realizado por mulheres somente quando tivessem extrema necessidade.

A entrevistada demonstrava entendimento e aceitação da divisão sexual do trabalho imposta por padrões sociais regulatórios. Além disso, ao afirmar que as mulheres tinham predileção pelas artes e música, ela acabava utilizando novamente o discurso do sexo para exemplificar sua fala. Assim, reafirmava os estereótipos de gênero que afastavam as mulheres da racionalidade e as vinculavam aos sentimentos e emoções.

Na década de 1960, ainda pude perceber diversas notícias e propagandas representando a imagem feminina apenas como participante e trabalhadora do lar. Em uma propaganda política de um candidato a governador, retirada do jornal Estado de Minas, fica clara a utilização deste discurso de dominação, que torna a mulher sujeito dependente da figura masculina do “chefe de família”. O anúncio traz o desenho de uma família sentada à mesa de jantar, agradecendo a Deus pela comida, enquanto percebem-se os pratos vazios. Em seguida há um slogan: “O homem só se realiza quando vê sua mulher e seus filhos felizes. E é por eles, para que não falte pão a mesa, para que possam viver tranquilos, sem temer a incerteza do amanhã, é que o homem trabalha. Trabalha e cansa, e sofre, e sua, e chora.”¹⁴

Abaixo da mensagem “reflexiva”, o candidato deixa outro texto, onde diz sentir as dores e os dramas do cidadão, por também ser um “cidadão comum”, e promete curar as aflições do povo e trazer a fartura aos lares mineiros:

Imagem 2. Ilustração propaganda eleitoral Ribeiro Pena

A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: REPRESENTAÇÕES DAS TRABALHADORAS NOS JORNAIS DE GRANDE CIRCULAÇÃO BELO-HORIZONTINOS ENTRE 1930 E 1980



**PÃO
PAZ
PROGRESSO**

O homem só se realiza quando vê sua mulher e seus filhos felizes. E é por eles, para que não falte o pão à sua mesa, para que possam viver tranquilos, sem temer a incerteza do amanhã, é que o homem trabalha. Trabalha e cansa, e sofre, e sua, e chora.

Ribeiro Pena - um cidadão comum, que sente e participa dos mesmos dramas e das mesmas aflições do povo, traz a mensagem de confiança no dia do amanhã e de farturas nos lares mineiros. A mensagem de Ribeiro Pena é "pão nosso de cada dia", é a paz e a tranquilidade: o progresso da terra comum.

 **RIBEIRO PENA**
para governador

para vice-governador **JOSÉ MARIA DE ALK MIN**

Fonte: **Estado de Minas**, 15 de setembro 1960, seção 1, p. 5.

Quando o candidato se refere à ação do trabalho, observa-se que ele se refere apenas ao trabalho externo, que seria necessário para a subsistência da família. A mulher é mencionada apenas como uma personagem auxiliar. Juntamente com os filhos, ela seria o elemento pelo qual o homem trabalharia, para entregar a felicidade aos membros de sua família.

Ao mencionar que saberia o drama do "cidadão comum", o candidato ligava a cidadania apenas ao homem trabalhador, pois garantia entender sua dor para levar o sustento à família. A mulher seria, então, apenas um elemento dependente e sem nenhuma capacidade produtiva, que precisaria ser mantida pelo verdadeiro cidadão trabalhador.

Propagandas como essa traduzem novamente a visão que ligava o traba-

lho fora de casa à figura masculina e afirmava que o homem seria o provedor do lar. Esquecendo-se das tantas mulheres provedoras e capazes de sustentarem seus filhos, que já trabalhavam nas fábricas, nos serviços de limpeza, nos restaurantes, nas casas de família como empregadas domésticas, na produção agrícola, entre outras tantas atividades externas.

Uma reportagem sobre um comício aclamando Magalhães Pinto, Jânio Quadros e Milton Campos também demonstra o discurso político utilizado como propaganda aos trabalhadores. No comício, alguns moradores aparecem liderando os discursos, bem como vereadores e outros representantes políticos que afirmavam as melhorias que seriam promovidas pela renovação nacional feita pelos candidatos do partido de Jânio. Entre os discursos, copiados em terceira pessoa pelo jornal podemos citar:

somente com a eleição dos candidatos da renovação, os brasileiros e em especial os trabalhadores, teriam melhores condições de vida e poderiam proporcionar às suas famílias melhores dias, as crianças teriam escolas, os homens melhores oportunidades de trabalho e as mulheres alimentos fartos e baratos para a manutenção de suas famílias.¹⁵

Além desse discurso, muitos outros pelas páginas dos jornais mineiros podem ser observados, como o realizado na “Parada dos carroceiros” em homenagem a Magalhães Pinto. Nele, o candidato falou sob intensa vibração popular tendo o jornal narrado sua fala em terceira pessoa: “As graves dificuldades que as classes mais humildes estão enfrentando. O curso de vida, salientou, está cada vez mais alto, tornando impossível manter suas casas e levar alimentos para seus filhos e esposa.”¹⁶

Percebe-se, nas afirmações dos dois discursos, a ideia de que, com a implantação de um novo governo, os homens teriam melhores oportunidades de trabalho para levar alimentos às mulheres e para a manutenção de suas famílias. Mais uma vez a ideia de divisão sexual do trabalho estava presente, como um pensamento norteador das reflexões da época. Esses discursos tornavam normal a representação feminina como integrante e trabalhadora do lar, mas não como provedora. A figura da mulher, como responsável pelo cuidado da casa e da família, encontrava-se dependente do sustento trazido pelo marido, excluídas assim, mais uma vez, as mulheres que trabalhavam e sustentavam suas famílias.

Numa notícia que ocupava grande parte da página, na coluna de crimes e tragédias do mesmo período, havia a seguinte manchete: “Miséria e fome culminam numa Tragédia - Rapadura recolhida de lata de lixo envenena cinco crianças”. A notícia relatava a história de Dona Eugênia Oliveira, que cuidava de

¹⁵ Estado de Minas, 23 de setembro de 1960, seção 2, p. 10.

¹⁶ Estado de Minas, 27 de setembro de 1960, seção 1, p. 2.

seis filhos sozinha, trabalhando dia e noite para sustentá-los. Ela saía durante o dia à procura de clientela para lavar roupas no bairro e deixava seus filhos sozinhos em casa que, com fome, saíam pelas ruas do bairro em busca de comida. Certo dia, revirando a lata de lixo, um deles encontrou rapadura e voltou para casa, servindo os outros irmãos. Algum tempo depois, dois deles foram encontrados caídos desacordados em via pública, e o restante foi encontrado em casa, em estado grave. Eles haviam sido envenenados pela rapadura, posta na lixeira com um veneno para ratos.

De acordo com o jornal, Dona Eugênia havia sido abandonada pelo marido e não conseguia sozinha sustentar os filhos: “O chefe da casa, Nelson Perez Nascimento, há muito desertara, talvez acovardado ante as terríveis dificuldades com que lutava para acompanhar a vertiginosa elevação do custo de vida.”¹⁷ Perceba que o jornal menciona o ex-marido desertor como “chefe da casa” e não Dona Eugênia, que há muitos anos sustentava seus filhos. Mesmo tendo saído de casa, o homem permanecia como chefe ausente, e o jornal atribuía à sua ausência a tragédia ocorrida na família. Assim, se a família de Dona Eugênia estivesse completa, e o “chefe da casa” tivesse providenciado o sustento de seus filhos, tudo estaria na ordem natural das coisas, sem que a situação tivesse acabado em tragédia.

Essa notícia, além de demonstrar estereótipos de gênero relacionados à divisão sexual do trabalho, traduzia a realidade de muitas mulheres brasileiras trabalhadoras, que tinham que alimentar suas famílias, mas não recebiam o mérito devido.

Na década de 1960, a mulher aos poucos cultivava o mercado de trabalho. Profissões como a de educadoras, enfermeiras, secretárias, entre outras, tornavam-se habituais, não sendo consideradas desonrosas, como as atividades de limpeza ou lides braçais. No entanto, os jornais pesquisados continuavam insistindo na ideia da divisão sexual de funções e na permanência do “chefe de família” como principal trabalhador. Veja a imagem abaixo:

17 **Estado de Minas**, 2 de outubro de 1960, seção 1, p. 12.

Imagem 3. Propaganda eleitoral candidato LOTT

**Funcionários
PÚBLICOS!**

Sois os únicos trabalhadores que não têm o direito de greve. Não me cabe discutir o assunto, mas posso, para mim, ter uma opinião a respeito, que vos é inteiramente favorável. Sei, também, quanto vos caluniam, numa generalização que engloba alguns faltosos e a maioria esmagadora de homens que se dedicam a um trabalho tenaz, diário, contínuo, anônimo. Porque, todas as organizações que trabalham, produzem e dinamizam esta Nação, passaram primeiro pelo vosso cuidado, para as habilitações legais, os meios e os recursos de como funcionarem, entrosando-as na coletividade e com o Estado. Cada pessoa que vos procura, pensa exclusivamente no seu caso pessoal, no seu desejo de realizar imediatamente o que pretende, esquecida de que o mesmo pretendem milhares, em outros ramos e setores, e que vós atendeis com a mesma paciência e boa vontade. Mas cada um só vê os próprios interesses, querendo passar por cima, despachar logo, irritando-se com as formalidades de leis que não foram criadas por vós. E vêm as calúnias, o desprezo, o mau juízo, as injúrias. Compreendo tudo isso e vos faço justiça, afirmando-vos que não me servirei da publicidade barata de perseguir funcionários públicos, com vassouradas publicitárias de demissões em massa, lançando ao desespero milhares de pais de família, para obter efeitos demagógicos de uma honestidade somente apregoada, que soa no bronze das consciências no tom inconfundivelmente falso dos falsários. Depois, em vosso lugar, nomeiam a enxurrada dos amigos e dos apaniguados e, para cobertura de seus demandas, dirigem o Povo contra vossa classe, para assim se justificarem. Cuidarei de vossos direitos e de vossas aspirações coletivas por que serei no governo, apenas um vosso colega, o primeiro funcionário público do Brasil, para o servir e ao seu Povo.

**Para
PRESIDENTE
DA REPÚBLICA**

Vote em
LOTT
O BRASIL NÃO PODE PARAR!

Fonte: *Diário da Tarde*, 15 de setembro de 1960, 2º caderno, p. 3.

Na propaganda de Lott à presidência, que foi exibida tanto no *Diário da Tarde* quanto no Estado de Minas, o texto se dirige aos funcionários públicos sem se preocupar em manter um diálogo com as mulheres trabalhadoras. As imagens que ilustram os funcionários públicos do Brasil não contam com nenhuma representação feminina, por mais que este já fosse um cargo habitual às mulheres em 1960.

Veja outras propagandas políticas de candidatos à presidência, do mesmo período:

Imagem 4. Propaganda eleitoral candidato LOTT

Trabalhadores do Brasil !

Homens que trabalhais nos campos e nas cidades, nas vilas e nos mais longínquos recantos da Pátria, é a vós que me dirijo, trabalhadores de todo o Brasil. Todos vós precisais de uma vida melhor, de melhores ordenados e condições de vida mais justas para poder assegurar conforto e um futuro mais promissor às vossas famílias. Porisso me dirijo a todos, acima das categorias profissionais, pois todos lutam e trabalham, sofrendo os mesmos entraves e as mesmas restrições impostas pela economia de país sub-desenvolvido, sujeito a tódas as pressões e rapinagens do poderio económico e financeiro.

Faltam hospitais e faltam escolas. Faltam transportes e falta electricidade. Faltam mercadorias baratas e melhores condições de alimentação, habitação, vestuário, de educação e de previdência social. O dinheiro é escasso e o demónio da inflação continua a sugar-nos os últimos centavos.

Só há uma solução, já apontada pelo Presidente Juscelino: continuarmos suas metas e ultrapassarmos o estágio de país sub-desenvolvido, criando condições de vida mais dignas, repartindo mais conforto, bem estar e melhores ordenados entre todos.

No governo, podeis ter a certeza, trabalhadores de todo o Brasil, de que serci servidor do Povo, da coletividade, sempre atento aos interesses da nossa Pátria e de todos os brasileiros.

Para
**PRESIDENTE
DA REPÚBLICA**

Vote em

LOTT

O BRASIL NÃO PODE PARAR!

A DIVISÃO SEXUAL
DO TRABALHO:
REPRESENTAÇÕES DAS
TRABALHADORAS NOS
JORNAIS DE GRANDE
CIRCULAÇÃO BELO-
HORIZONTINOS ENTRE
1930 E 1980

Fonte: **Estado de Minas**, 02 de outubro de 1960, p. 4.

Imagem 5. Propaganda eleitoral candidato Adhemar de Barros



Fonte: **Diário da Tarde**, 16 de setembro, 2.º caderno, p. 6.

No anúncio do candidato Lott, o texto buscava chamar atenção dos trabalhadores brasileiros, com a seguinte afirmação: “Homens que trabalhais nos campos e nas cidades, nas vilas e nos mais longínquos recantos da Pátria, é a vós que me dirijo, trabalhadores de todo o Brasil”. A palavra “homens” aparecia no contexto da propaganda com um significado duvidoso: ela parecia estar associada à “humanidade” e aos brasileiros de forma geral. No entanto, na imagem representada para ilustrar os trabalhadores brasileiros, foram colocadas imagens de indivíduos com características do sexo masculino, exceto por uma representação feminina, que nos dá a impressão de ter sido inserida por cima de todas as outras, tampando inclusive o rosto de um trabalhador que está por baixo. Ao que tudo indica, os responsáveis pela publicidade haviam se “esquecido” de colocar uma representação feminina, e tentaram consertar o anúncio, anexando uma imagem por cima das outras.

Já na segunda imagem, que corresponde à propaganda de Adhemar de Barros, também candidato à presidência em 1960, o texto se referia ao “homem do Brasil” em indagação reflexiva: “Quanto vale o homem do Brasil?” Em seguida, iniciava uma argumentação salientando que o homem brasileiro valia muito, apesar de os governos não o valorizarem. Abaixo de um pequeno título em negrito onde se lia: “o homem é a medida de todas as coisas”, o texto afirmava:

O valor do homem não se mede pela sua capacidade de sofrer. A medida do homem é sua capacidade de produzir, prosperar, ser feliz. E um povo só é de fato grande quando tem no homem a medida de sua estatura. Esta é a medida da prosperidade da Pátria.¹⁸

Na propaganda do candidato, a palavra “homem” também aparecia e, dessa vez, de forma mais expressiva: ela surgia no título e se repetia oito vezes durante todo o texto, a partir daí pude perceber a importância da palavra no enunciado. No entanto, ela parecia carregada de sentidos e ambiguidades, o que me gerou dúvidas para compreender o que o autor buscava ao usá-la. A principal dúvida, também observada na propaganda anterior de Lott, é se a palavra foi usada em sentido figurado e generalizado de “ser humano” ou se se refere realmente à figura do sexo masculino. Essa dúvida é intensificada pela imagem colocada ao lado: uma representação feita por um indivíduo de terno, exemplificando um “homem de negócios”. Além disso, o texto ligava o valor dos indivíduos aos valores de produção. Assim, valia quem produzia. E quem seria aquele que produzia num Estado capitalista na década de 1960? – O homem de negócios.

De modo geral, ao ler os textos e observar as imagens das propagandas, o/a leitor/a não consegue associar o trabalho do brasileiro à imagem feminina. A representação do trabalhador se fixava na identificação com o sexo masculino, excluindo as tantas trabalhadoras que existiam no Brasil. Veja a seguir uma notícia sobre a primeira mulher a se tornar juíza em Minas Gerais:

Imagem 6. Ilustração notícia sobre nomeação de Raphaela Alves Costa, a primeira mulher a se tornar Juíza em MG



Fonte: **Estado de Minas**, 28 de setembro de 1960, 1.ª seção p. 10.

Na reportagem, a figura de uma mulher recebeu destaque por se tornar a primeira juíza do Estado. Percebe-se que o jornal atribuiu importância ao fato, promovendo, inclusive, uma entrevista com a mulher. No entanto, como se pode observar através da foto acima, o impresso apresentava a imagem da nova juíza segurando sua filha ao lado de seu marido, afirmando que a conquista de Raphaela havia sido motivada pelo marido e pela filha, pelo apoio proporcionado por eles.

Nota-se que, apesar da grande conquista originada pelo esforço de Raphaela, a sua imagem não recebia destaque sozinha, ela permanecia associada ao lar e à família. No corpo do texto, que não foi adicionado integralmente aqui, o jornal citava novamente o apoio de Célio Costa em outras duas passagens, dando destaque ao marido, que incentivava a mulher a estudar: “Deve seu ingresso na judicatura ao estímulo de seu esposo, que sempre a incentivava quando se preparava para submeter-se às provas do concurso.” Explicita-se na notícia que o apoio de Célio seria um elemento de grande importância para que Raphaela conseguisse adentrar em uma área que não pertencia ao quadro habitual de atividades às quais seria predisposta a atuar. Além disso,

o impresso revelava a importância da anuência do marido no que se referia às atividades de sua esposa.

De acordo com Fanny Tabak¹⁹, no Brasil, o número de mulheres que trabalhavam aumentou cerca de 7,5 vezes entre 1920 e 1970. Esses dados demonstravam que muitas mulheres passaram a trabalhar não apenas por necessidade, mas por vontade própria, como no caso de Raphaela.

Nos anos 1980, o trabalho da mulher se intensificou em todas as áreas, e já era mais comum a presença feminina em setores antes considerados como “masculinos”. Essa mudança estaria relacionada a eventos importantes ocorridos nas décadas anteriores, como a já mencionada criação do Estatuto da Mulher Casada, na década de 1960.

De acordo com Florisa Verucci²⁰, advogada especializada nos direitos da mulher, o Estatuto da Mulher Casada foi a primeira grande modificação do direito da Família no Código Civil. Ele trazia elementos como a instituição da livre administração e disposição dos bens reservados a mulheres que trabalhassem fora do lar, mesmo em regime de comunhão de bens, o que protegia os bens da mulher das dívidas contraídas pelo marido. A mulher teria acesso ao pátrio poder, ou seja, o poder sobre os filhos, passando a exercê-lo junto com o marido e continuando com ele se ficasse viúva e tornasse a se casar. Além disso, o contrato de trabalho da mulher passou a não precisar mais de autorização do marido, o que foi uma grande conquista para sua independência financeira.

A década de sessenta também trouxe a pílula anticoncepcional, que passou a ser comercializada no Brasil em 1962, dois anos após ter sido inventada nos EUA. Em princípio, o uso desse contraceptivo ainda era baixo e restrito às classes mais altas, devido aos altos preços com que chegou ao mercado brasileiro. A divulgação e recomendação médica ainda não eram comuns, e, somente em 1966, as revistas médicas brasileiras começaram a difundir estudos detalhados sobre contraceptivos para os ginecologistas e obstetras.²¹

A partir da década de 1970, houve um impulsionamento no uso do contraceptivo. Durante o período, 6,8 milhões de pílulas anticoncepcionais foram vendidas no Brasil. E em 1980, o número de vendas chegou a 40,9 milhões. De acordo com Auad:

O uso da pílula não apenas revolucionaria o comportamento sexual dos homens e mulheres, colocando em xeque a função meramente reprodutora do sexo, como traria concretamente um maior controle da mulher na relação entre maternidade e satisfação profissional.²²

19 TABAK, F. **Autoritarismo e participação política da mulher**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

20 VERUCCI, F. **O direito da mulher em mutação**: os desafios da igualdade. Belo Horizonte: Editora Del-Rey, 1999.

21 PEDRO, J. M. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. **Revista Brasileira de História**, v. 23, n. 45, jul. 2003.

22 AUAD, S. M. von A. V. (Org.). Brasil. In: **Mulher**: cinco séculos de desenvolvimento na América. Belo Horizonte: Federação Internacional das Mulheres da Carreira Jurídica; CREZ/MG, 1999. p. 165.

A pílula trazia à mulher o poder de decidir quando ter filhos, o que facilitou sua presença nas universidades e sua inserção no mercado de trabalho. As relações sexuais sem risco de engravidar também tornavam possíveis os relacionamentos fora do casamento e uma maior independência para escolher o parceiro ou marido. A tecnologia anticoncepcional tornou-se uma grande aliada das lutas femininas, ao possibilitar que as mulheres, assim como os homens, desvinculassem sexo e amor, sexo e compromisso, sexo e maternidade.²³ Como aponta Sorj, “O declínio do número de filhos significa uma redução do trabalho reprodutivo e pode repercutir positivamente na capacidade das mulheres de aumentarem sua inserção no mercado e das famílias de conciliarem trabalho e responsabilidades familiares”²⁴.

Se a pílula anticoncepcional possibilitou a diminuição do número de filhos, também possibilitou uma maior inserção da mulher no mercado de trabalho. E o trabalho externo feminino em grande escala modificou a função da mulher dentro da família, tornando-a peça chave no sustento do lar.

Após as conquistas femininas proporcionadas pelos intensos movimentos ocorridos nas décadas de 1970 e 1980, e a institucionalização dos órgãos femininos, bem como a incorporação de leis protecionistas às mulheres na Constituição de 1989, os padrões de divisão sexual do trabalho se deterioravam lentamente, traduzindo uma nova realidade às mulheres. No final da década de 1980, os jornais compreendiam a intensa incorporação da mulher ao mercado de trabalho e tentavam se adaptar ao processo, trazendo imagens femininas desempenhando inúmeras funções.

Algo incomum em 1934 e pouco mencionado em 1960 era a presença de mulheres no empreendedorismo e na gestão de grandes empresas. Já em 1989 pode-se perceber indicativos da presença das mulheres em diversas áreas de negócios. Nas notícias encontradas nos exemplares pesquisados, há reportagens com mulheres opinando sobre o mercado e o aquecimento da economia de certos produtos. Veja a imagem abaixo:

23 DUARTE, C. L.; CARMO, D.; LUZ, J. **Mulheres de Minas**: lutas e conquistas. Belo Horizonte: Conselho Estadual da Mulher de Minas Gerais; Imprensa Oficial, 2008.

24 SORJ, B. As veteranas ou um sinal de alerta sobre uma memória não escrita. In: BUARQUE de HOLLANDA, H. (Org.). **Explosão feminista**: arte, cultura, política e universidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 578.

Imagem 7. Notícia caderneta de Participação Bovespa Bovespa quer lançar caderneta de ações

Os representantes da Bolsa de Valores de São Paulo, Alberto Amaral Lyra Jr. superintendente de desenvolvimento de mercado e Márcia Cecília Rossi, gerente de projetos, vieram ontem a Belo Horizonte, divulgar o projeto da Caderneta de Participação Bovespa em exame pela Comissão de Valores Mobiliários, desde maio passado.

Depois da sua aprovação pela CVM, este novo tipo de investimento no mercado acionário poderá ser implantado dentro de 30 dias, pela Bovespa. E, em seguida, as Bolsas de Valores de Minas, Rio e Extremo Sul deverão, também, lançar as Cadernetas de Participação, que objetivam captar três milhões de novos investidores em ações no País, em um ano.

Mediante aplicações mínimas de NCz\$1.500,00 e máximas de NCz\$22,5 milhões, pessoas físicas e jurídicas, e até mesmo fundos de in-

vestimentos em ações, podem abrir cadernetas de participação na Bovespa, recorrendo a uma corretora de valores. Os valores serão aplicados em uma cesta básica integrada pelas ações que compõem o índice Bovespa, atualmente com 67 títulos.

Maria Cecília Rossi explicou que os proventos dessa cesta de ações divididos, bonificações — serão incorporados às posições de cada investidor. Ela acrescenta que, assim, os pequenos e médios investidores, que não têm condições de formar grandes carteiras ou posições de valor mais elevado em corretoras, podem aplicar em ações. Lembrou, contudo, que não se pode confundir este tipo de aplicação com a caderneta de poupança, que oferece correção monetária mais juros de 0,5%. A possibilidade de ganhos elevados nas cadernetas de participação é grande, mas existe o risco de perdas,

se as ações que compõem o índice da Bovespa caírem.

Em relação às aplicações em valores, as cadernetas oferecem a vantagem da isenção da cobrança de custódia. Em relação aos fundos de investimentos, a diferença é que eles são obrigados a aplicar parcelas de seu patrimônio no mercado de títulos de renda fixa e cobram taxas de administração de 4%. As cadernetas de participação só aplicam em ações.

O resgate da aplicação pode ser recebido em três dias. Se as posições da caderneta de determinado investidor não forem vendidas em pregão, oferecendo-lhe os resultados proporcionais da operação (lucro ou perdas), ele receberá uma quantia, mediante salvaguarda, correspondente ao valor financeiro de suas posições no índice Bovespa, diminuído de 3%. A cada quatro meses, as ações integrantes do índice Bovespa são reavaliadas.



Cecília Rossi

A DIVISÃO SEXUAL
DO TRABALHO:
REPRESENTAÇÕES DAS
TRABALHADORAS NOS
JORNAIS DE GRANDE
CIRCULAÇÃO BELO-
HORIZONTINOS ENTRE
1930 E 1980

Fonte: **Estado de Minas**, 10 de novembro de 1989, caderno economia, p.13.

A notícia explicava os processos na bolsa de valores e buscava na opinião e fala de Maria Cecília Rossi, gerente de projetos da Bovespa, a conclusão e exemplificação do assunto, tornando-a figura importante na transmissão de saberes que antes eram considerados masculinos. A mídia impressa colocava, inclusive, a foto da profissional ao lado do texto, revelando a tentativa do jornal em dar enfoque à figura feminina. Outro exemplo pode ser observado em uma reportagem denominada “Nata de vendas aquecidas em 89”, em que o jornal discutia sobre a demanda dos calçados e como a política de juros altos estava afetando os grandes polos industriais. Citando a cidade de Belo Horizonte, o jornal trazia a opinião de empresárias:

A empresária Mônica Torres iniciou seu projeto de expansão da Mônica Torres Acessórios de Moda, em junho, mas decidiu reduzir os investimentos, previstos inicialmente em torno de 400 mil BTNs para a metade, pois sua produção se manteve estável. [...] o boom de fim de ano não aconteceu. Hoje, ela se preocupa em tornar sua empresa mais produtiva e econômica, para atender a demanda de início de ano, que, acredita, ser incrementada também pela Francal em janeiro. [...] Mônica Torres trabalha atualmente com 130 empregados e está ampliando seu quadro funcional com vistas ao próximo ano.²⁵

O impresso enfatizava os ganhos da indústria de acessórios e a importância da atuação de Mônica, valorizando sua imagem como empreendedora e proprietária de uma grande empresa. Em seguida, falava de outra empresa de calçados na capital, citando seus proprietários Lúcia Vale e Carlo Martini. Todavia, ao informar sobre os ganhos e os resultados de produção da fábrica, a notícia citava apenas Lúcia e suas respostas ao jornal, excluindo argumentações de Carlo Martini, como pode-se observar no seguinte trecho:

²⁵ **Estado de Minas**, 8 de novembro de 1989, p. 12, (caderno de economia).

Lúcia esperava, em novembro, um aumento de 50%, mas a crise afetou a produção e a solução foi não investir em máquinas e não estocar. [...] Ela informou ainda que a Cintila trabalha com uma defasagem de preço em torno de 20% e garante que, como investimento, a indústria deixa a desejar. O faturamento de outubro chegou a 25 mil BTN, mas ela acredita que será difícil mantê-lo, pois é praticamente impossível acompanhar os preços da matéria-prima.²⁶

Nos casos retratados nas duas reportagens, o jornal buscou dar ênfase às figuras femininas para discorrer sobre os assuntos de cunho econômico. Utilizando mulheres para se referir às especialidades sobre a bolsa de valores, ou sobre os índices referentes à gestão das próprias empresas, o jornal demonstrava uma tentativa de evidenciar a presença das mulheres mineiras na economia e no ramo dos negócios.

A massiva incorporação das mulheres no mercado de trabalho nos anos 1980 não promoveu, no entanto, um afastamento decisivo dos trabalhos no lar. Além dos trabalhos externos, as mulheres deveriam manter os que ainda eram considerados como atribuições naturais do sexo, exercendo conjuntamente as atividades de trabalhadora, esposa e mãe. Por esse fator, além das visíveis representações femininas no mercado de trabalho, ainda era bastante comum nesses jornais a representação das mulheres associadas a assuntos relacionados ao lar, à família, e à maternidade.

Em notícias publicadas sobre a ceia de Natal, o jornal Estado de Minas dava dicas às mulheres sobre como organizar o evento:

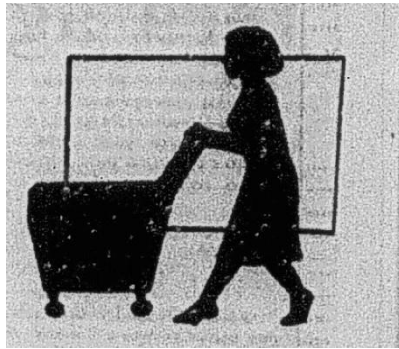
Nesta altura dos acontecimentos sua ceia deve estar pelo menos planejada. Faça uma lista de tudo que vai precisar, baseada em cada um dos pratos que pretende preparar. Lembre-se que entrar numa mercearia para comprar um ingrediente esquecido é uma perda de tempo imensa. Termine o quanto antes a decoração de sua casa – é uma preocupação a menos. E que pode ser feita a noite com mais sossego.²⁷

A intenção era ajudar as mulheres, que faziam dupla jornada de trabalho (externo e no lar) a organizar seu tempo. Além disso, nas páginas de economia, muito se falava da alta de preços dos alimentos, fato que levava o consumidor a pensar em alternativas para os alimentos da Ceia. Por isso, o jornal indicava o que considerava boas opções de menu para a economia nas compras dos ingredientes. Observe a pequena imagem colocada ao lado de uma das notícias sobre a Ceia e o aumento de preços nos supermercados:

26 Idem. Ibidem.

27 14 de dezembro de 1989, 2ª. seção, p. 9.

Imagem 8. Ilustração da notícia “Ceia tropical é opção mais econômica para o consumidor”



Fonte: **Estado de Minas**, 15 de dezembro de 1989, p.15.

Percebe-se nas duas notícias, tanto pelas recomendações sobre a Ceia de Natal, quanto pela ilustração adicionada, que a função de comprar e a de produzir a ceia deveria estar a cargo das mulheres. Além disso, elas deveriam cuidar da decoração da festividade. Dessa forma, nota-se, em 1989, não uma ruptura total com os discursos de divisão sexual de comportamentos, mas a inclusão de novas visões. A divisão do trabalho permanecia, mas agora a mulher criava a imagem de trabalhadora externa juntamente com a de mãe e dona de casa. Ela deveria dar conta de sua dupla jornada, dentro e fora do lar.

Conclusão

Nos períodos objeto de análise, notadamente nas décadas de 1930 e 1960, os periódicos impressos destacavam-se como meios de comunicação proeminentes e significativos, refletindo o pensamento difundido pelo senso comum da época. As tradições, a moral cristã, o aparato governamental, a esfera médica e as correntes intelectuais desempenhavam papéis preponderantes na construção e consolidação da representação dos distintos sexos e estratos sociais. Destaca-se que os jornais desempenhavam uma função crucial ao legitimar essa representação.

A pesquisa em questão, inserida neste artigo, embora se restrinja à análise de exemplares do jornal *Estado de Minas* e *Diário da Tarde*, revela resultados expressivos no que diz respeito às representações femininas nas décadas investigadas (1930, 1960 e 1980). Ao examinar as notícias e propagandas veiculadas nesses periódicos, torna-se evidente a presença de diversos estereótipos associados tanto à divisão sexual do trabalho quanto à imposição de comportamentos considerados como “femininos”.

Apesar de uma visibilidade feminina maior e uma maior aceitação do trabalho desempenhado pela mulher no ambiente externo na década de 1980,

A DIVISÃO SEXUAL
DO TRABALHO:
REPRESENTAÇÕES DAS
TRABALHADORAS NOS
JORNAIS DE GRANDE
CIRCULAÇÃO BELO-
HORIZONTINOS ENTRE
1930 E 1980

ainda se percebe que as atribuições do lar seriam destinadas apenas à figura feminina. Esse fator demonstra as dificuldades enfrentadas pelas mulheres nas “jornadas duplas” de trabalho, dentro e fora do lar.

Dessa forma, a pesquisa lança luz sobre o papel desempenhado pelos jornais impressos e sua publicidade nas décadas de 1930, 1960 e 1980, destacando-os como instrumentos eficazes na disseminação de determinadas representações de masculinidade e feminilidade. Tal análise revela que os jornais mais vendidos em Minas Gerais ao longo do século XX atuaram como uma estrutura que legitimava e difundia relações de desigualdade, consolidando-as como padrões culturalmente aceitos e, conseqüentemente, reforçando e naturalizando tais dinâmicas.

Referências bibliográficas

AUAD, S. M. von A. V. (Org.). Brasil. In: **Mulher**: cinco séculos de desenvolvimento na América. Belo Horizonte: Federação Internacional das Mulheres da Carreira Jurídica; CREZ/MG, 1999.

BRITO, J. e OLIVEIRA, O. Divisão sexual do trabalho e desigualdade nos espaços de trabalho. In: FILHO, F. S.; JARDIM, S. (Org.). **A danação do trabalho**. Rio de Janeiro: Te Corá, 1997.

DEL PRIORE, M. (org.); BASSANEZI, C. (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto; Ed. UNESP, 1997.

DUARTE, C. L.; CARMO, D.; LUZ, J. **Mulheres de Minas**: lutas e conquistas. Belo Horizonte: Conselho Estadual da Mulher de Minas Gerais; Imprensa Oficial, 2008.

TABAK, F. **Autoritarismo e participação política da mulher**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

PEDRO, J. M. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. **Revista Brasileira de História**, v. 23, n. 45, jul. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882003000100010>. Acesso em: 25 de março de 2023.

PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 243

RUBIN, G. El Tráfico de Mujeres: notas sobre la “economía política” del sexo. **Nueva Antropología**, Mexico, v. VIII, n. 30, 1986.

SORJ, B. As veteranas ou um sinal de alerta sobre uma memória não escrita. In: BUARQUE de HOLLANDA, H. (Org.). **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

VERUCCI, F. **O direito da mulher em mutação: os desafios da igualdade**. Belo Horizonte: Editora DelRey, 1999.

SILVA, Z. L. **A domesticação dos trabalhadores nos anos 30**. São Paulo: Marco Zero, 1990.

A DIVISÃO SEXUAL
DO TRABALHO:
REPRESENTAÇÕES DAS
TRABALHADORAS NOS
JORNAIS DE GRANDE
CIRCULAÇÃO BELO-
HORIZONTINOS ENTRE
1930 E 1980